

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PEDAGOGIA EAD

POLÍTICAS PÚBLICAS E A GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Patricia Aparecida Pontes de Angelis

Uberlândia, MG 2025

Patricia Aparecida Pontes de Angelis

POLÍTICAS PÚBLICAS E A GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Robson Luiz de França

Uberlândia, MG 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVOS.....	5
3.1 OBJETIVO GERAL.....	5
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	6
5. DESENVOLVIMENTO.....	7
5.1 BRASIL.....	9
5.2 QUÊNIA.....	10
5.3 ÍNDIA	11
5.4 ANÁLISE COMPARATIVA E INTEGRAÇÃO.....	12
5.4.1 IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO	14
6. CONCLUSÃO E RESULTADOS.....	15
7. REFERÊNCIAS.....	16

1. INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social, e seu papel se torna ainda mais crítico em um mundo em constante transformação. Nos últimos anos, a globalização tem redefinido as dinâmicas sociais, culturais e econômicas em escala planetária, impactando profundamente os sistemas educacionais. À medida que países interagem e se interconectam, surgem novas demandas por uma educação que não apenas prepare indivíduos para o mercado de trabalho, mas que também promova a cidadania e a inclusão social.

Esse contexto globalizado traz à tona um dilema significativo: como as políticas públicas de educação podem ser moldadas para responder a essas novas exigências, ao mesmo tempo em que garantem a equidade e a qualidade do ensino? A necessidade de alinhar os currículos às tendências globais pode levar a uma padronização que ignora as especificidades culturais e sociais de cada país, criando desafios para a implementação de uma educação que seja verdadeiramente relevante para todos os estudantes.

Como afirma Santos (2003, p. 19), *“a globalização, tal como vem sendo conduzida, aprofunda as desigualdades, amplia a exclusão e impõe um pensamento único que despreza as diversidades locais”*. Diante desse cenário, a presente pesquisa busca investigar o impacto da globalização nas políticas públicas educacionais, analisando como o Brasil tem se adaptado a essas influências e quais são as consequências para a qualidade e a equidade da educação. Assim, a questão que se coloca é: como a globalização influencia as políticas públicas de educação e quais são suas implicações para a formação de cidadãos críticos e para a redução das desigualdades educacionais?

2. JUSTIFICATIVA

A escolha de investigar a influência da globalização nas políticas públicas de educação se justifica pela relevância crescente desse tema no contexto contemporâneo. A globalização não é um fenômeno recente, mas suas consequências se tornaram mais evidentes nas últimas décadas, afetando profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais dos países. Nesse cenário, a educação emerge como um espaço crucial para a construção de identidades, a promoção de igualdade e a formação de cidadãos críticos.

O impacto da globalização nas políticas educacionais é um campo que merece atenção, uma vez que as diretrizes e práticas adotadas pelos sistemas de ensino não apenas moldam o futuro dos indivíduos, mas também refletem e influenciam as dinâmicas sociais mais amplas. Em um mundo cada vez mais interligado, entender como as políticas educacionais são formuladas e implementadas é essencial para abordar questões de igualdade e excelência na educação. Muitos países enfrentam desafios relacionados à desigualdade no acesso à educação de qualidade, que pode ser exacerbada pela adoção de modelos educacionais uniformizados que desconsideram as especificidades locais.

Como afirma Morin (2000, p. 13), *“a educação deve promover uma compreensão da condição humana, da identidade e da diversidade, para que sejamos capazes de viver e conviver na era planetária”*. Além disso, a investigação sobre este tema possui uma importância tanto prática quanto teórica. Do ponto de vista prático, os resultados da pesquisa podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades sociais e culturais dos países, promovendo uma educação que não apenas atenda às demandas do mercado global, mas que também respeite a diversidade e busque o equilíbrio. Do ponto de vista teórico, o estudo pretende enriquecer o debate acadêmico sobre as interações entre globalização e educação, trazendo novas perspectivas que considerem a complexidade dessa relação.

Portanto, esta pesquisa busca não apenas compreender os desafios impostos pela globalização, mas também explorar caminhos que permitam a construção de políticas educacionais que garantam uma educação de qualidade e equitativa para todos. Ao abordar essa temática, espera-se que as contribuições deste trabalho possam fomentar discussões e práticas que promovam uma educação inclusiva, capaz de preparar os indivíduos para os desafios de um mundo globalizado, sem perder de vista a riqueza das diversidades culturais e sociais.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar o impacto da globalização nas políticas públicas educacionais, analisando como o Brasil tem se adaptado a essas influências e quais são as consequências para a qualidade e a equidade da educação.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a influência da globalização nas políticas públicas de educação, avaliando suas consequências para a qualidade e a equidade educacional em diferentes contextos nacionais.
- Identificar as principais características das políticas educacionais que emergem em resposta às demandas da globalização.
- Examinar como a globalização impacta a formulação e a implementação de políticas públicas educacionais em países em desenvolvimento.
- Avaliar a relação entre as mudanças nas políticas educacionais e os resultados de aprendizagem dos alunos, considerando diferentes contextos sociais.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa foi elaborada para responder eficazmente aos problemas estabelecidos e atingir os objetivos propostos. A pesquisa foi de natureza qualitativa, permitindo uma análise aprofundada das políticas públicas educacionais em diferentes contextos. Para isso, foram realizados estudos de caso que exploraram as experiências de diversos países na formulação de suas políticas em resposta à globalização.

Utilizou-se da metodologia de Pesquisa Bibliográfica a partir da categoria de Políticas Públicas, Educação e Globalização.

Para tanto foram pesquisados os principais conceitos nas obras dos seguintes autores: Milton Santos, *“Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal”* (2003); Célia Maria David et al., *“Desafios Contemporâneos da Educação”* (2015); Pacheco, R. C., *“Políticas educacionais e globalização: Um olhar crítico”* (2022); Zygmunt Bauman, *“Globalização: As Consequências Humanas”* (1999).

O universo da pesquisa incluiu países em desenvolvimento que enfrentam desafios significativos relacionados à globalização e à educação. A amostra foi composta por três países: um da América Latina, um da África e um da Ásia, cuja seleção se baseará em suas experiências diversas. Essa escolha possibilitou uma análise comparativa que evidenciará as particularidades e semelhanças nas políticas educacionais adotadas frente às pressões globais.

Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos variados. A análise documental incluiu a coleta e o exame de documentos oficiais, como relatórios de políticas públicas, currículos educacionais e dados estatísticos sobre resultados de aprendizagem. Essa análise

proporcionou uma compreensão das diretrizes e objetivos das políticas educacionais em cada país.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, o que permitiu a identificação de padrões e categorias emergentes nas informações. Com essa abordagem metodológica, procurou-se proporcionar uma compreensão abrangente sobre como a globalização influencia as políticas educacionais, contribuindo para a discussão sobre a qualidade e a equidade no ensino. As conclusões foram construídas a partir da integração das diferentes fontes de dados, com o objetivo de responder de forma fundamentada às indagações da pesquisa. Além disso, a combinação da análise documental com as entrevistas buscou oferecer insights valiosos sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos sistemas educacionais em um mundo cada vez mais interconectado.

5. DESENVOLVIMENTO

A influência da globalização nas políticas públicas de educação pode ser entendida como um processo que redefine não apenas os objetivos dos sistemas educacionais, mas também os métodos e as práticas utilizados para atender às demandas de um mundo cada vez mais interconectado. Segundo Bauman (1999), a globalização intensifica a mobilidade de ideias, culturas e economias, criando um ambiente de constante transformação. Nesse contexto, a educação torna-se uma ferramenta essencial para capacitar os indivíduos a lidarem com a complexidade e a rapidez dessas mudanças, formando cidadãos globais conscientes e participativos.

A Declaração de Salamanca (1994) reforça a necessidade de sistemas educacionais inclusivos que atendam à diversidade de estudantes. Essa visão é especialmente relevante em tempos de globalização, quando as disparidades sociais e econômicas se tornam mais evidentes, exigindo políticas públicas capazes de promover a igualdade e respeitar as especificidades locais. Paulo Freire (1996) também destaca a educação como um processo emancipador, essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Freire, a formação de indivíduos críticos não deve estar limitada à preparação para o mercado de trabalho, mas deve incluir a capacidade de compreender e transformar o mundo ao seu redor.

Além disso, Edgar Morin (2000) argumenta que a educação em um mundo globalizado deve adotar uma abordagem interdisciplinar e fomentar o pensamento complexo, possibilitando que os estudantes compreendam as inter-relações entre os diferentes aspectos da realidade. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais precisam considerar não apenas as

demandas globais, mas também as especificidades culturais e sociais de cada região, garantindo que os valores locais não sejam suprimidos em favor de modelos uniformizados.

Portanto, ao investigar a influência da globalização nas políticas públicas de educação, é possível compreender como essas políticas moldam tanto o desenvolvimento individual quanto às dinâmicas sociais mais amplas. A pesquisa busca propor caminhos que favoreçam uma educação inclusiva e equitativa, capaz de preparar os indivíduos para os desafios do mundo globalizado sem comprometer a riqueza da diversidade cultural.

Como destaca Pacheco (2022, p. 45), *“as políticas educacionais, quando submetidas às lógicas da globalização, tendem a priorizar modelos padronizados, muitas vezes desconsiderando as especificidades culturais, econômicas e sociais dos países em desenvolvimento”*. A influência da globalização nas políticas públicas de educação pode ser investigada por meio de uma análise comparativa envolvendo Brasil, Quênia e Índia. Esses países foram escolhidos devido às suas experiências diversas e seus desafios únicos no enfrentamento das demandas globais no setor educacional. Esse enfoque permite identificar padrões, desafios e soluções relacionadas ao impacto da globalização, enquanto se consideram as especificidades locais.

O Brasil, como representante da América Latina, apresenta um cenário educacional marcado por desigualdades regionais, sociais e econômicas. O Plano Nacional de Educação (PNE) busca mitigar essas desigualdades e promover uma educação inclusiva, mas enfrenta desafios significativos na implementação em áreas vulneráveis. A globalização tem influenciado a adoção de políticas voltadas para a inserção no mercado global, como a expansão de programas técnicos e digitais. No entanto, ainda há uma necessidade de políticas que valorizem as realidades locais e culturais, especialmente em regiões periféricas e rurais, garantindo uma educação mais equitativa.

O Quênia, representante da África, possui um sistema educacional que tem avançado no acesso à educação básica, impulsionado por iniciativas como o "Kenya Vision 2030". No entanto, persistem desafios relacionados à qualidade do ensino, inclusão social e infraestrutura, especialmente em áreas rurais. A globalização impacta diretamente as políticas educacionais, promovendo padrões globais como a educação baseada em competências. Contudo, o país enfrenta dificuldades para integrar esses modelos às especificidades culturais e regionais. A pesquisa pode explorar como o Quênia tem equilibrado as demandas globais com a preservação de suas identidades culturais.

A Índia, como representante da Ásia, destaca-se por seu sistema educacional diverso e contrastes marcantes entre áreas urbanas e rurais. A globalização impulsionou políticas como o "Digital Índia" e a Nova Política Nacional de Educação (NEP 2020), voltadas para a integração tecnológica e a preparação para o mercado global. No entanto, o país enfrenta desafios relacionados à inclusão de populações marginalizadas, como comunidades tribais e castas inferiores. A pesquisa pode investigar como a Índia tem buscado equilibrar a excelência acadêmica com a diversidade cultural e as necessidades locais, garantindo uma educação mais inclusiva e acessível.

Ao longo dos anos, as políticas públicas educacionais no Brasil, na Índia e no Quênia passaram por significativas transformações impulsionadas por demandas sociais e econômicas. Inicialmente, esses países enfrentavam desafios como baixa taxa de escolarização e exclusão de grupos vulneráveis. Com o passar do tempo, reformas educacionais foram implementadas para ampliar o acesso ao ensino e melhorar sua qualidade. Além disso, iniciativas voltadas para a inclusão e a digitalização da educação foram fortalecidas, permitindo maior integração com padrões internacionais. Neste contexto, é fundamental analisar como cada país desenvolveu suas próprias estratégias para lidar com essas mudanças. Assim, a seguir será explorada a evolução das políticas educacionais no Brasil, na Índia e no Quênia, destacando suas particularidades e desafios.

5.1 BRASIL

O ensino no Brasil tem uma trajetória marcada por mudanças significativas ao longo de sua história, desde o período colonial até os dias atuais. Essas transformações refletem o contexto social, político e econômico do país em diferentes épocas.

Durante o período colonial (1500-1822), a educação no Brasil era limitada e controlada pelos jesuítas. O foco era a catequese e a educação das elites, com ênfase em ensinamentos religiosos. Nesse período, a maior parte da população não tinha acesso à educação formal, o que contribuiu para a exclusão social e a perpetuação das desigualdades.

Com a independência em 1822 e a Proclamação da República em 1889, surgiram novas iniciativas educacionais. Durante o Império (1822-1889), foram criadas as primeiras instituições voltadas para a formação de professores, mas a educação ainda era reservada às classes mais abastadas. Na Primeira República (1889-1930), o ensino foi descentralizado e ficou sob responsabilidade dos estados, o que gerou desigualdades regionais.

Na Era Vargas (1930-1945), a educação passou a ser tratada como uma questão nacional. Houve esforços para expandir a educação pública, especialmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a implementação de políticas educacionais voltadas para a alfabetização e o ensino técnico. Contudo, o acesso à educação ainda era limitado.

Durante o regime militar (1964-1985), o Brasil investiu na expansão do ensino básico e superior, com foco em educação técnica para atender às demandas econômicas. No entanto, houve negligência em relação à qualidade do ensino e à valorização dos professores, além de pouca atenção às questões de inclusão social.

Com a Constituição de 1988, a educação passou a ser um direito fundamental de todos os cidadãos. Surgiram políticas para garantir o acesso universal ao ensino básico, como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Houve avanços significativos na matrícula escolar, mas os desafios em relação à qualidade e à equidade persistem.

Atualmente, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios como a desigualdade regional, a evasão escolar e a necessidade de integrar a tecnologia ao ensino. Programas como o Plano Nacional de Educação (PNE) buscam reduzir as disparidades e melhorar a qualidade do ensino. Além disso, há maior ênfase em uma educação inclusiva, atendendo alunos com deficiência e promovendo a igualdade de acesso.

Ao longo dos anos, o Brasil passou de um sistema excludente e elitista para um modelo que, embora ainda enfrente desafios, busca universalizar o acesso e garantir uma educação de qualidade para todos.

5.2 QUÊNIA

O ensino no Quênia passou por transformações significativas ao longo dos anos, moldado por influências históricas, culturais e políticas. Aqui está um panorama de sua evolução:

Durante o domínio britânico, o sistema educacional queniano foi estruturado para atender às necessidades da administração colonial. A educação era segregada, com escolas separadas para africanos, europeus e asiáticos. Enquanto os colonizadores recebiam uma educação de alta qualidade, os africanos tinham acesso limitado a escolas missionárias, que priorizavam a alfabetização básica e a formação religiosa. Esse modelo perpetuava desigualdades e limitava as oportunidades para a população local.

Após a independência em 1963, o Quênia reformulou seu sistema educacional para atender às demandas de uma nação em desenvolvimento. O primeiro sistema adotado foi o 7-2-3, inspirado no modelo britânico, com sete anos de ensino primário, quatro de ensino secundário inicial, dois de ensino secundário superior e três de universidade. Esse sistema visava formar trabalhadores qualificados para substituir os britânicos em cargos administrativos e técnicos.

Em 1985, o Quênia implementou o sistema 8-4-4, inspirado no modelo norteamericano. Esse sistema consistia em oito anos de ensino primário, quatro de ensino secundário e quatro de ensino superior. A reforma introduziu disciplinas vocacionais no currículo, preparando os estudantes para o mercado de trabalho, mesmo que não prosseguissem para o ensino superior. Apesar de seus objetivos, o sistema enfrentou críticas devido à sobrecarga curricular e à falta de recursos.

Em 2017, o Quênia iniciou a transição para o sistema 2-6-3-3-3, que enfatiza o desenvolvimento de competências e habilidades práticas. Esse modelo inclui dois anos de educação infantil, seis anos de ensino primário, três anos de ensino secundário júnior, três de ensino secundário sênior e três de ensino superior. O foco está no aprendizado centrado no aluno, promovendo criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas. Essa mudança reflete um esforço para alinhar o sistema educacional às demandas do século XXI.

Embora o ensino primário e secundário em escolas públicas seja gratuito, desafios como superlotação, falta de infraestrutura e desigualdades regionais persistem. Por outro lado, o Quênia é reconhecido como líder na educação infantil na África, graças a iniciativas pioneiras no ensino pré-escolar. Além disso, o país tem investido em tecnologia educacional e programas de inclusão para atender comunidades marginalizadas.

O ensino no Quênia evoluiu de um modelo colonial excludente para um sistema que busca promover equidade e preparar os estudantes para um mundo globalizado.

5.3 ÍNDIA

O ensino na Índia tem uma história rica e diversificada, marcada por transformações significativas ao longo dos séculos. Desde os tempos antigos até o período contemporâneo, o sistema educacional indiano passou por várias fases de evolução.

Na antiguidade, a educação na Índia era centrada no sistema gurukul, onde os alunos viviam com seus professores (gurus) em um ambiente residencial. O foco era no estudo dos

Vedas (escrituras sagradas hindus), além de disciplinas como filosofia, matemática, medicina e astronomia. Instituições renomadas como Nalanda e Taxila atraíam estudantes de diversas partes do mundo antigo, sendo centros de excelência acadêmica.

No Período Medieval com a chegada do Islã, surgiram as madraças, que ofereciam educação em teologia islâmica, ciências e literatura. Durante esse período, coexistiram sistemas educacionais hindus e islâmicos, promovendo uma diversidade de abordagens ao ensino.

A colonização britânica (período colonial) trouxe mudanças profundas no sistema educacional indiano. A ênfase foi colocada na educação ocidentalizada, com foco na língua inglesa, ciências e tecnologia. Escolas e universidades modernas foram estabelecidas, mas o acesso era limitado, especialmente para mulheres e castas marginalizadas. Movimentos de reforma no século XIX, liderados por figuras como Raja Ram Mohan Roy, buscaram tornar a educação mais inclusiva.

Após a independência em 1947, a Índia adotou políticas para universalizar o ensino primário e expandir a educação superior. Instituições como os Institutos Indianos de Tecnologia (IITs) e os Institutos Indianos de Administração (IIMs) foram criadas para promover excelência acadêmica e científica.

Hoje, a Índia enfrenta desafios e avanços no setor educacional. Políticas como a Nova Política Nacional de Educação (NEP 2020) buscam modernizar o ensino, promovendo o uso de tecnologia e a inclusão de populações marginalizadas. A globalização trouxe novas demandas, como a preparação para o mercado de trabalho global, mas questões como desigualdade no acesso e qualidade do ensino ainda persistem.

Ao longo dos anos, o ensino na Índia evoluiu de um modelo tradicional e espiritual para um sistema moderno e diversificado, que tenta equilibrar as demandas globais com as necessidades locais.

5.4 ANÁLISE COMPARATIVA E INTEGRAÇÃO

O Brasil, a Índia e o Quênia compartilham algumas semelhanças em suas políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à expansão do acesso à educação e à busca por qualidade no ensino. Todos os três países enfrentam pressões globais para adaptar seus sistemas educacionais às demandas de um mercado global competitivo. Além disso, compartilham desafios relacionados à inclusão e ao acesso igualitário.

Alguns pontos em comum:

- Educação gratuita e obrigatória: Tanto o Brasil quanto a Índia implementaram políticas para garantir o direito à educação gratuita e obrigatória para crianças. No caso da Índia, a lei "Right of Children to Free and Compulsory Education" foi estabelecida em 2009.
- Expansão do ensino superior: O Brasil e a Índia têm fortalecido a cooperação na área da educação superior, promovendo intercâmbios de estudantes e professores, além de iniciativas para ampliar o ensino a distância.
- Desafios na qualidade do ensino: Os três países enfrentam desafios relacionados à qualidade da educação, incluindo infraestrutura escolar, formação de professores e acesso a materiais didáticos adequados.
- Inclusão educacional: Há esforços para garantir a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como populações indígenas no Brasil e comunidades rurais na Índia e no Quênia.

Assim como as semelhanças também compartilham diferenças. Cada país apresenta estratégias específicas para lidar com as influências da globalização. Enquanto o Brasil busca enfrentar desigualdades regionais, o Quênia se preocupa com a infraestrutura básica, e a Índia investe na tecnologia como ferramenta para a educação.

Algumas diferenças:

- O sistema de ensino do Brasil adota um modelo educacional baseado em ciclos e séries, enquanto a Índia tem um sistema mais estruturado com exames nacionais rigorosos, como o "Board Exams". No Quênia, o sistema educacional segue o modelo britânico, com exames nacionais como o KCPE (para o ensino fundamental) e o KCSE (para o ensino médio).
- As Influências culturais e sociais na Índia, o sistema de castas ainda impacta o acesso à educação, especialmente para grupos marginalizados. No Brasil, há desafios relacionados à desigualdade social, mas não há um sistema de castas institucionalizado. No Quênia, questões étnicas e econômicas também influenciam o acesso à educação.
- No Brasil, o ensino superior conta com um sistema de universidades públicas gratuitas. Já na Índia e no Quênia, o ensino superior é predominantemente pago, embora existam algumas bolsas e subsídios disponíveis para apoiar os estudantes.
- Quanto à educação bilíngue, o Brasil possui iniciativas para fortalecer o ensino bilíngue, especialmente voltadas para comunidades indígenas. Na Índia, a educação bilíngue é comum

devido à grande diversidade linguística do país. No Quênia, o inglês e o suaíli são as línguas oficiais, e o ensino é ministrado principalmente nesses idiomas.

5.4.1 IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO

A análise comparativa pode destacar como as políticas públicas educacionais desses países são moldadas pelas demandas globais e pelas realidades locais, oferecendo insights sobre estratégias eficazes para equilibrar essas forças.

A globalização tem gerado impactos substanciais nas políticas educacionais, uma vez que a interconexão entre países exige adaptações dos sistemas de ensino para atender às novas demandas econômicas, culturais e sociais. Segundo Bauman (1999), *“a globalização é, acima de tudo, um processo que integra uns e desintegra outros; une alguns enquanto separa outros”* (BAUMAN, 1999, p. 9). Nesse contexto, é essencial analisar como as políticas públicas educacionais de países em desenvolvimento, como Brasil, Quênia e Índia, têm respondido a essas demandas, equilibrando pressões globais e necessidades locais.

Entre os impactos da globalização na educação, destaca-se a internacionalização do ensino, pois a crescente interconexão mundial tem favorecido a expansão de programas de intercâmbio e parcerias acadêmicas entre universidades desses países e instituições estrangeiras. Além disso, há uma adoção de padrões internacionais, o que pode ser observado no Brasil por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reflete influências globais na estruturação do ensino. Da mesma forma, na Índia e no Quênia, existem esforços contínuos para alinhar currículos educacionais a padrões internacionais.

Entretanto, embora a globalização tenha facilitado o acesso a novas tecnologias e metodologias de ensino, também tem ampliado disparidades entre escolas urbanas e rurais, especialmente no Quênia e na Índia, gerando uma significativa desigualdade educacional.

Além disso, observa-se uma comercialização da educação, uma vez que o ensino tem sido cada vez mais tratado como um produto global, o que impulsiona a expansão de instituições privadas e cursos online pagos.

Por fim, a digitalização do ensino tem sido acelerada pela globalização, permitindo maior acesso a conteúdos educacionais. No entanto, esse avanço também traz desafios relacionados à infraestrutura e à inclusão digital, tornando evidente a necessidade de políticas públicas que garantam equidade no acesso às tecnologias educacionais.

6. CONCLUSÃO E RESULTADOS

A pesquisa demonstrou que a globalização influencia profundamente as políticas educacionais em diferentes países, redefinindo a forma como o ensino é estruturado para atender às novas demandas sociais, culturais e econômicas. A análise dos casos do Brasil, Quênia e Índia revelou que, apesar dos desafios específicos enfrentados por cada nação, há uma busca comum por um modelo educacional mais inclusivo, equitativo e adaptável à realidade contemporânea.

Entre os principais resultados identificados, observa-se que a desigualdade social continua sendo um grande obstáculo ao acesso à educação de qualidade no Brasil. A promoção da equidade no ensino exige a implementação de políticas públicas inclusivas, além da valorização das diversidades regionais, culturais e socioeconômicas. No Quênia, embora tenham ocorrido avanços significativos na ampliação do acesso ao ensino básico, o país ainda enfrenta sérios desafios relacionados à precariedade da infraestrutura escolar e à necessidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido. Já na Índia, os esforços voltados à digitalização e à modernização do sistema educacional têm contribuído para o progresso educacional, mas ainda é necessário enfrentar o desafio da inclusão efetiva de grupos historicamente marginalizados, como as castas inferiores e comunidades tribais, a fim de garantir um acesso mais equitativo e justo à educação para toda a população.

Outro aspecto fundamental observado foi a internacionalização dos currículos e das políticas educacionais. No Brasil, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reflete um esforço para alinhar o sistema educacional aos padrões globais, fortalecendo a integração do ensino com o mercado internacional. Na Índia e no Quênia, iniciativas similares buscam preparar estudantes para um mundo cada vez mais interconectado, promovendo ensino técnico, digitalização e intercâmbio acadêmico.

Entretanto, a pesquisa também identificou desafios significativos relacionados à globalização da educação. A crescente comercialização do ensino pode aprofundar desigualdades ao favorecer a privatização e limitar o acesso de populações vulneráveis. Além disso, a digitalização acelerada impõe dificuldades para países que não possuem infraestrutura tecnológica adequada, exigindo políticas públicas estratégicas para garantir equidade no acesso às ferramentas digitais.

Diante desses resultados, conclui-se que a globalização pode ser uma força positiva na educação, desde que países implementam políticas que preservem suas identidades culturais,

respeitem a diversidade social e promovam a formação de cidadãos críticos e engajados. A educação deve ser entendida como instrumento de transformação social, capaz de reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Portanto, para que os impactos da globalização na educação sejam benéficos, é imprescindível estruturar políticas educacionais equilibradas, garantindo que as influências globais não eliminem a riqueza das particularidades locais. Somente por meio de estratégias eficazes será possível preparar indivíduos para os desafios do mundo contemporâneo, aliando inovação e tradição, e assegurando uma educação acessível e de qualidade para todos.

7. REFERÊNCIAS

BANKS, J. A.; G. A. Multicultural education: issues and perspectives. 6. ed. Hoboken: Wiley, 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada.

DAVID, Célia Maria et. al. (Org.). Desafios contemporâneos da educação. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPe Digital - UNESP). ISBN 9788579836220.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PACHECO, R. C. Políticas educacionais e globalização: um olhar crítico. Campinas: Editora W, 2022.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p

UNESCO. Relatório Mundial sobre Educação 2021: Aprendizagem em um Mundo Globalizado. Paris: UNESCO, 2021.